



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13888.002571/2007-77  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 3803-01.802 – 3ª Turma Especial  
**Sessão de** 05 de julho de 2011  
**Matéria** RESSARCIMENTO - CRÉDITO PRÊMIO IPI  
**Recorrente** COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Processo Administrativo Fiscal**

Período de apuração: 01/01/2007 a 31/03/2007

LIMITE DE ALÇADA.

No julgamento dos recursos no âmbito do CARF deve ser obedecido o limite de alçada estipulado para julgamento, pelas Turmas Especiais, dos recursos voluntários, referenciado pelo valor fixado para o recurso de ofício a ser interposto pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

Alexandre Kern - Presidente.

(assinado digitalmente)

Belchior Melo de Sousa - Relator.

Participaram ainda da sessão de julgamento os conselheiros, Hélcio Lafetá Reis, Andréa Medrado Darzé, Juliano Eduardo Lirani e João Alfredo Eduão Ferreira.

**Relatório**

Trata o presente de recurso voluntário contra o Acórdão de nº **14-23.307 – 2<sup>a</sup>** Turma da DRJ/Ribeirão Preto, de 22 de abril de 2009, fls. 50 a 56, que indeferiu a solicitação de resarcimento.

A contribuinte em epígrafe solicitou o ressarcimento de R\$ 2.365.476,03 a título de crédito-prêmio do IPI, relativo às exportações realizadas no primeiro trimestre de 2007, com base no art. 1º do DL 491/69 e DL 1.248/72, art 3º, sob a pretensão de que teria sido restabelecido este benefício fiscal pelo § 1º, do art. 1º, da Lei nº 8.402/92.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba- SP extinguiu o processo administrativo por considerar a renúncia da interessada à via administrativa, tendo em vista ter apresentado ação judicial contra Fazenda Nacional na matéria objeto deste processo.

Em sua manifestação de inconformidade, a interessada alegou:

a) em preliminar, sua admissibilidade, tanto pela garantia dada pela legislação, como em razão da não ocorrência de concomitância entre seu pedido de resarcimento e o que pede no Poder Judiciário, particularmente no aspecto formal;

b) que sentença de mérito foi proferida parcialmente de modo favorável aos interesses da requerente, sendo que tanto a ordem judicial, como reiteradas decisões judiciais, bem como a resolução do Senado federal nº 71/2005 já teriam assegurado a continuidade do chamado crédito-prêmio sem definição de prazo. Portanto, nada impediria o ressarcimento, cabendo à administração apenas verificar a legitimidade e correção dos valores

A DRJ/Ribeirão Preto considerou a concomitância parcial de objeto nas demandas administrativa e judicial, contudo com base no disposto na alínea "b" do ADN COSIT nº 03/93 tomou conhecimento da manifestação, na matéria que se diferencia da ação judicial.

Discordou da possibilidade da via administrativa proceder ao ressarcimento antes do trânsito em julgado, uma vez que a tutela liminar restaurada tão somente reconheceu o direito à escrituração do indigitado crédito. Entendeu que deferir administrativamente sua utilização, na forma de ressarcimento, seria ato consumativo, acarretando a perda de objeto da ação judicial em questão. Aduziu que o deferimento do ressarcimento e o uso de tais créditos na compensação de outros tributos sequer foi admitido liminarmente pelo próprio Poder Judiciário.

Anotou que a decisão no agravo de instrumento, que assegurou à requerente o direito de escriturar o crédito-prêmio, foi modificada pelo acórdão proferido no processo 2002.60.09.007122-9, pela 4<sup>a</sup> Turma do TRF 3<sup>a</sup> Região, que deu provimento à apelação da União e à remessa oficial concluindo que o benefício fora extinto em 05 de outubro de 1990, por força do artigo 41, § 1º, do ADCT.

Referiu que ainda que na ação judicial a impetrante não tenha pedido a utilização do crédito, isso só se poderá dar, pela via administrativa, por ocasião da decisão transitada em julgado que, definitivamente, reconhecerá, ou não, o direito creditório em litígio.

Quanto ao argumento de que a Resolução Senado Federal nº 71, de 26.12.2005, vincularia a Administração, independentemente do alcance da ordem judicial quanto à disposição nela contida de que fica “*preservada a vigência do que remanesce do art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969.*”, lembrou que a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça declarou em 27 de junho de 2007 que o benefício do crédito-prêmio do IPI

terminou em 1990, sendo que os ministros decidiram também que essa decisão deve retroagir. Assim, o período requerido pelo contribuinte não estaria amparado, nem pela citada resolução, nem por jurisprudência do Poder Judiciário.

Para concluir, registrou que, apesar de durante certo tempo o mecanismo de recuperação do incentivo em comento ter-se vinculado ao de apuração do IPI, o mesmo jamais teve a natureza de crédito do IPI, tal como concebido na sistemática constitucional da não-cumulatividade desse imposto, e seu caráter de incentivo financeiro está em que resultava da aplicação de determinado percentual sobre as vendas efetuadas para o exterior, "como ressarcimento de tributos pagos internamente" (art. 1º, *caput*, do Decreto-lei 491/69), cuja recuperação se fazia mediante dedução "do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as operações no mercado interno" (§ 1º do diploma legal citado).

Cientificada de decisão em 02 de outubro de 2009, irresignada, apresentou a interessada o recurso voluntário de fls.60 a 85, em 03 de novembro de 2009, em que volta a discutir o mérito da continuidade do crédito-prêmio e refere que os precedentes do Superior Tribunal de Justiça que reconhecem a extinção do crédito-prêmio com fundamento no art. 41 do ADCT estão sendo contestados no Supremo Tribunal Federal, por invasão de competência.

Reclama o cumprimento do dever da Administração Tributária, imposto pelo artigo 26-A do Decreto-lei nº 70.235/72, de observar a Resolução n.º 71/05, do Senado Federal, na parte em que afirma a permanência até hoje do Crédito- Prêmio de IPI, pelo menos enquanto tal ato legislativo não for declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Requer que se conheça do presente recurso e o dê provimento, de modo que seja integralmente reformada a decisão de primeira instância ora recorrida, para que se afaste a alegação de concomitância entre as vias judicial e administrativa e reconheça o direito ao Crédito-Prêmio do IPI da Recorrente, em estrita observância ao disposto na Resolução Senatorial n.º 71/05.

Em caráter subsidiário, requer, ainda, que, caso entendam os i. Conselheiros ser a questão tratada no Mandado de Segurança n.º 2002.61.09.007122-9 prejudicial ao presente pedido de ressarcimento, seja determinado o seu sobrerestamento até o trânsito em julgado do referido processo judicial.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Relator Belchior Melo de Sousa

O recurso é tempestivo, porém não atende o requisito para sua admissibilidade relativo ao valor de alçada que se subsume à competência para julgamento desta Turma Especial.

A competência para o julgamento de recurso em processo administrativo de compensação é definida pelo crédito alegado, nos termos do art. 7º, § 1º, da Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009, RICARF.

O crédito no presente processo é de R\$ 2.365.476,03. A competência das Turmas Especiais é restrita ao julgamento de recursos em processos que envolvam valores reduzidos, limite de alçada referenciado pelo valor da exoneração procedida por Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, ora fixado nos termos do art. 1º da Portaria MF nº 3, de 3 de janeiro de 2008, *verbis*:

*Art. 1º O Presidente de Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa, em valor total superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).*

Por este fato, voto por não conhecer do recurso.

Sala das sessões, 05 de julho de 2011

Belchior Melo de Sousa